

JUSTIÇA ELEITORAL

Voto a favor da cassação de Moro empata julgamento no TRE-PR

Sessão será retomada na segunda-feira; senador é acusado de abuso de poder econômico

Rodolfo Luis Kowalski

O julgamento no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) que decide o futuro político do senador Sergio Moro (União Brasil) está empatado em 1 a 1. Ontem, o desembargador eleitoral José Rodrigo Sade apresentou seu voto sobre o caso, divergindo do relator (desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza) e pedindo a cassação do mandato parlamentar e a decretação de inelegibilidade do paranaense por oito anos.

Com o placar empatado em 1 a 1, a desembargadora Claudia Cristina Cristofani, que pronunciaria seu voto em seguida, pediu vista para análise mais detida do caso e dos dois votos já pronunciados. Com isso, o julgamento foi suspenso mais uma vez e deve ser retomado na próxima segunda-feira



Franklin de Freitas

Julgamento de Sergio Moro, ontem

(8 de abril). Segundo o presidente do TRE-PR, desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, a expectativa é que o julgamento seja concluído já nessa próxima sessão.

“Acredito que na segunda-feira o julgamento será concluído, agora temos posições diversas e a questão é analisarmos os dois votos para entender a quem

seguir”, apontou o magistrado após o pedido de vista.

Sergio Moro é acusado pelo Partido Liberal e a Federação Brasil da Esperança (composta por PT, PCdoB e PV) de abuso do poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social durante na campanha eleitoral de 2022, entre outras infrações. Se condenado, perderá o mandato e ficará inelegível até 2030.

Da decisão no TRE-PR, contudo, ainda caberá recurso por qualquer das partes ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que é quem dará a palavra final sobre o caso. Se Moro acabar condenado após o trânsito em julgado do processo, uma eleição suplementar será convocada pelo TSE, para que os paranaenses definam um novo nome que representará o Estado no Senado Federal.



MARTHA FELDENS

Martha Feldens, jornalista |
feldensmartha@gmail.com

Júri de Guaranho em Foz deve terminar amanhã à noite

Começa nesta quinta-feira (4) o júri popular contra o ex-policial penal Jorge Guaranho, acusado de matar o guarda municipal Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu, em julho de 2022, por motivação política. Apesar de se tratar de um crime que teve muita repercussão na época, em pleno período da campanha eleitoral de 2022, com vítima alinhada ao PT e réu eleitor do ex-presidente Jair Bolsonaro, não se espera qualquer clima de tensão política em torno do júri. Segundo o advogado Daniel Godoy, o clima na cidade de Foz do Iguaçu é tranquilo e de “reprovação da conduta do réu”, independentemente de preferências políticas. “Abstraindo o litígio político, ninguém concorda com essa violência”, disse o advogado ao blog.

A expectativa é de que o júri termine até amanhã (5) à noite. O primeiro dia deve se concentrar na escolha dos jurados, na leitura de peças dos processos e apresentação de vídeos e laudos periciais. Se houver tempo, ainda podem ser ouvidas as primeiras testemunhas. Acusação e defesa terão cada uma cinco testemunhas para serem inquiridas. O júri, que começa às 8h30, terá transmissão pelo site do Tribunal de Justiça.

Jovem: ainda dá tempo de tirar o título para votar em outubro

A Justiça Eleitoral segue em campanha para atrair o voto jovem. Quem até outubro tenha completado 16 anos já pode pedir o seu título eleitoral e votar nas eleições municipais deste ano. Mas atenção: o prazo para o jovem pedir o título a tempo dar seu voto este ano termina em 8 de maio. Ou seja, tem pouco mais de um mês para garantir o documento. A justiça eleitoral tem um site dedicado ao jovem eleitor para esclarecer dúvidas e incentivar o exercício da cidadania por meio do voto. De acordo com o TSE, em 2022, 2.116.781 eleitoras e eleitores com 16 e 17 anos emitiram seu título de eleitor e se tornaram aptos a votar. O número representou um crescimento de 51,13% em relação às eleições majoritárias de 2018.



Clique no QR Code e veja mais em
<https://www.bem-parana.com.br/blogs-e-colunas/blogs/martha-feldens/>

Cinco magistrados ainda vão votar

Ao todo, sete desembargadores eleitorais participam da votação que decidirá o futuro político de Moro em primeiro grau. Para ser condenado, o senador deve ser considerado culpado pela maioria dos magistrados (quatro ou mais).

Até o momento, o relator do caso e José Sade se pronunciaram. Na sequência, será a vez da desembargadora Cláudia Cristina Cristofani seu voto, seguida pelo desembargador eleitoral Julio Jacob Junior; pelo desembargador eleitoral

Anderson Ricardo Fogaça; pelo desembargador eleitoral Guilherme Frederico Hernandez Denz; e, finalmente, pelo desembargador Sigurd Roberto Bengtsson (presidente da Corte).

Todos os magistrados lerão a íntegra de seus votos — inclusive o presidente do TRE-PR, que será o último a votar e fará isso mesmo que não precise desempatar o julgamento —, para que a decisão final conte com os argumentos de todos os membros da Corte.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

zuk

Credora Fiduciária: TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S/A
Fiduciários: JULIO CESAR GIOVANNETTI NETTO e sua esposa JULIANA TESSARI GIOVANNETTI

LOTE 02 - Unidade n.02, do Condomínio "Residencial Villa Lobos", composta de dois pavimentos a saber: Pavimento Térreo com a área de 212,35m², Pavimento Superior a área de 163,51m²; totalizando a área construída de 375,86m², área construída de uso comum de 24,00m², área de uso exclusivo destinada a jardim e quintal de 1.179,03m², área não construída de uso comum de 617,30m², cabendo-lhe uma quota do terreno de 2.008,68m², fração ideal de solo de 12,50%; Localização: sendo a segunda unidade localizada ao lado direito de quem da rua interna do Condomínio olha o imóvel de frente, do lado direito com a unidade n. 1 e do lado esquerdo com a unidade n.3; Edificada no lote de terreno urbano, designado sob n.7 (sete), da planta de Divisão Amigável arq. sob n. 16.191 n/Ofício, situado no Quarteirão "Timbutuva", do Foro Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. **Av.4** - Para constar a edificação da área de uso comum com 168,33m² (zeladoria, churrasqueiras, vestiários, guarita e portaria) destinadas as unidades do Condomínio Villa Lobos. **Imóvel objeto da matrícula nº 35.315 do Cartório de Registro de Imóveis de Campo Largo/PR. Observação¹:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo arrematante, nos termos do art. 30 e § único da Lei 9.514/97. **Observação²:** A avaliação do bem imóvel está de acordo com os termos do Parágrafo Único do artigo 24 da Lei 9.514/97. **Observação³:** Constam gravadas nas Av's 8 e 24, Existência de Ação, e nas Av's 9, 10, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 28, Indisponibilidade de bens, que deverão ser baixadas pelo arrematante. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 17/04/2024, às 15:00 h. Lance mínimo: R\$ 3.221.816,43. >2º Leilão: 18/04/2024, às 15:00 h. Lance mínimo: R\$ 4.184.467,99.**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Editora Jornal do Estado Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

Fundador **ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)****RODRIGO BARROZO**
Diretor**JOSIANNE RITZ**
Chefe de Redação**RONEY RODRIGUES PEREIRA**
Superintendente**LYCIO VELLOZO RIBAS**
Secretário de RedaçãoREDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL
Avenida Cândido de Abreu, 707
Centro Cívico
CEP 80.530-120
Curitiba - PR
Fone (41) 3350-6600
www.bemparana.com.br
contato@bemparana.com.br**ATENDIMENTO AO ASSINANTE**
41 33506600**FALE CONOSCO**
Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz
Política (3350-6674)
politica@bemparana.com.br
Geral (3350-6668)
cidades@bemparana.com.br
Economia (3350-6668)
economia@bemparana.com.br
Diversão e Arte (3350-6651)
cultura@bemparana.com.br
Esportes (3350-6677)
esportes@bemparana.com.br
Fotografia (3350-6679)
fotografia@bemparana.com.br**REPRESENTANTE**
PARANÁ/PR - RDP - Redes Diários do Paraná S/A
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500
BRASILIA - REDEPAR/IBIS & ZMC Comunicações
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540
PORTO ALEGRE - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RS
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193
SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANÓPOLIS - REDEPAR/Paraná
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr. - CEP 80.530-230
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br

SOPARELI REFLORESTAMENTOS S/A.
Rua Carlos Thoms, 341 - CEP 84500-096 - IRATI - PR - CNPJ 03.063.686/0001-58

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, Em consonância com as exigências legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A diretoria agradece a todos os seus colaboradores pelo empenho demonstrado em seu trabalho, e coloca-se a disposição dos senhores acionistas, para prestar qualquer esclarecimento adicional, que considerem necessário. Irati(PR) 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	3.622.431,90	203.683,27	CIRCULANTE	12.738,64	10.567,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.457.775,72	3.388,74	Obrigações Fiscais e Sociais	10.403,75	8.338,63
Outros Créditos	164.656,18	200.294,53	Outras Contas	2.334,89	2.228,95
NAO CIRCULANTE	118.767,79	2.890.552,76	NAO CIRCULANTE	1.046.245,30	161.547,24
Empréstimo Comp. Eletrobras	1.296,36	1.296,36	Dividendos a Pagar	23.407,96	23.407,96
Mutuo Empresas Ligadas	-	2.771.794,97	Créditos de Acionistas	1.000.457,15	115.759,09
Adiant.p/Acionistas	1.154,06	1.154,06	Outras Contas	22.380,19	22.380,19
Investimentos	2.450,42	2.774.245,39	PATRIMONIO LIQUIDO	2.682.215,75	2.922.131,21
Imobilizado	31.470,80	31.470,80	Capital Social	3.486.154,00	3.486.154,00
	84.846,57	84.846,57	Reservas de Lucros	1.144.667,35	1.144.667,35
	116.317,37	116.317,37	Lucros/Prejuizos Acumulados	(1.948.605,60)	(1.708.690,14)
TOTAL DO ATIVO	3.741.199,69	3.094.246,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	3.741.199,69	3.094.246,03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	RES.DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	TOTAL
		Corr.Monetária do Capital	Prejuizos Acumulados	Reserva Legal
SALDO em 31/12/2021	3.486.154,00	-	(1.368.136,92)	419.298,66
Resultado do Exercício	-	-	(340.553,22)	-
SALDO em 31/12/2022	3.486.154,00	-	(1.708.690,14)	419.298,66
Resultado do Exercício	-	-	(239.915,46)	-
SALDO em 31/12/2023	3.486.154,00	-	(1.948.605,60)	419.298,66

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Nota 1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares.
Nota 2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:
a) REGIME DAS TRANSAÇÕES / ESCRITURAÇÃO
É adotado o regime de competência para registro de suas transações.
b) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÕES:
O Ativo Permanente está registrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações e exaustões acumuladas.

Nota 3 - CAPITAL SOCIAL
O capital social totalmente integralizado é de R\$ 3.486.154,00 (Três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais), dividido em 371.278.106 (Trezentos e setenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil e cento e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
DIRETORIA:
João Abib Mansur
Cirlei Terezinha Dellani Milla
Eduardo de Araújo Gomes
Therézinha Caggiano Moreira

Julio Cezar Luiz da Silva
Tec.Cont. CRC (PR) 024225/O-0
CPF nº 285.990.049-71

	2023	2022
RECEITA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-	-
DEDUÇÕES DAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-
Custo das Atividades Operacionais	-	-
RESULTADO OPERACIONAL (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS	(295.638,56)	(354.420,35)
Despesas Administrativas	(320.009,48)	(377.844,83)
Dividendos Recebidos	24.370,92	23.424,48

	2023	2022
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(1.200,00)
Receita da Venda de Bens	-	900,00
Custo dos Bens Baixados	-	(2.100,00)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(295.638,56)	(355.620,35)
Receitas Financeiras	56.891,25	15.175,23
Despesas Financeiras	(1.168,15)	(108,10)
RESULTADO ANTES DO IRPJ/CSLL	(239.915,46)	(340.553,22)
(-) IRPJ	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERC.	(239.915,46)	(340.553,22)
LUCRO/PREJ. POR QUOTA	(0,0006)	(0,0009)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	(239.915,46)	(340.553,22)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(239.915,46)	(340.553,22)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(239.915,46)	(340.553,22)
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-
Redução/Aumento nas contas do Ativo	35.638,35	23.414,71
Outros Créditos	2.771.794,97	313.181,07
Mutuo Empresas Ligadas	-	-
Redução/Aumento nas contas do Passivo	2.065,12	(534,68)
Obrigações Fiscais e Sociais	105,94	656,39
Outros Débitos	884.698,06	-
Créditos de Acionistas	-	-
UTILIZAÇÃO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.454.386,98	(3.835,73)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	2.100,00
Redução do Ativo Imobilizado	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.454.386,98	(1.735,73)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.454.386,98	(1.735,73)
NO INÍCIO DO PERÍODO	3.388,74	5.124,47
NO FIM DO PERÍODO	3.457.775,72	3.388,74

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ torna público que **irá requerer** ao Instituto Água e Terra, a **Renovação da Licença de Operação – RLO, para fabricação de cimento e coprocessamento de resíduos** a ser implantada na **RODOVIA BR 277, KM 134, Balsa Nova - PR**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

OBJETO: Aquisição de veículo 0 km, tipo picape, cabine dupla, a ser utilizado pelo Centro Educacional Lar Jesus Adolescente. **VALOR:** R\$ 116.860,00 - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 18/04/2024, no site <http://bllcompras.org.br/> - **EDITAL:** www.santoantoniodaplatina.atende.net - **INFORMAÇÕES:** FONES/ MAIL: (43) 3534-8700 -licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br. Santo Antônio da Platina/ PR, 03 de abril de 2024 – Cássia Eduarda Ribeiro – Pregoeira.

PROJUDI - Processo: 0002973-16.2014.8.16.0001 - Ref. mov. 308.1 - Assinado digitalmente por Paulo Guilherme Ribeiro da Rosa Mazini:13121 31/08/2023: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: EditalPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 11ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Rua Cândido de Abreu, 535 - 11º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-000 - Fone: 41 3222-2476 - Celular: (41) 99866-3548 - E-mail: onzeivel@gmail.com Autos nº. 02973-16.2014.8.16.0001 EDITAL DE CITAÇÃO DE MIKE CESAR SCHNAIDER e SCHNAIDER COMERCIO DE CALÇADOS LTDA ME, com PRAZO de 30 (trinta) dias Processo: 0002973-16.2014.8.16.0001 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Cédula de Crédito Bancário Valor da Causa: R\$278.817,11 Exequente(s) • RIO CLARO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO - PADRONIZADOS (CPF/ CNPJ: 24.069.420/0001-92) Executado(s)• MIKE CESAR SCHNAIDER (RG: 94237378 SSP/PR e CPF/CNPJ: 063.648.629- 00) • SCHNAIDER COMERCIO DE CALÇADOS LTDA ME (CPF/CNPJ: 08.889.287 /0001-64) O Dr. PAULO GUILHERME R. R. MAZINI, MM. Juiz de Direito Substituto da 11ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER que por este cartório e juízo, tramitam autos acima nominados, onde determinou-se, pelo Juízo, a citação dos executados para pagamento da quantia exigida ou oferecimento de bens à penhora, restando negativas as diligências realizadas pelo Sr. Oficial de Justiça, para citação dos executados, nos endereços constantes dos autos, e esgotados todos os meios possíveis para citação destes, estando portanto em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 256, §3º do Código de Processo Civil, ficam MIKE CESAR SCHNAIDER e SCHNAIDER COMERCIO DE CALÇADOS LTDA ME, CITADOS, por este edital, dos termos da execução ora em processo, para que, no prazo de três (03) dias, contados da data da primeira publicação do presente Edital, pague(m) a importância de R\$ 278.817,11 (Duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e dezessete reais e onze centavos), devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento, acrescida das custas processuais e honorários advocatícios fixados, estes últimos na forma do artigo 827, do NCPC, em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, cliente(s) a(s) executada(s) da redução da verba honorária pela metade, para pagamento integral no prazo acima estipulado, nos termos do artigo 827, § 1º do NCPC, sob pena de não o fazendo ser penhorado bens de sua propriedade tantos quantos bastem, para integral satisfação do débito, nos termos do artigo 830 do NCPC, certificando acerca do arresto e penhora dos bens, conforme artigo 870, do NCPC. Cientificando a(s) executada(s) de que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá(ão) opor embargos à execução, nos termos do artigo 915 do NCPC, no prazo de quinze dias, contados da data da juntada aos autos do presente mandado, contados na forma do artigo 231 do NCPC, cientificando-a(s) também que, se os embargos forem manifestamente protelatórios, o Juiz aplicará à parte devedora multa sobre o valor da execução. Ressalte-se que, no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do Exequente, e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento), do valor em execução, acrescido de custas e honorários advocatícios, poderá a executada requerer seja permitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916, caput, do NCPC). Sob pena de nomeação de Curador Especial (artigo 257, IV, do NCPC) e prosseguimento do feito independentemente de seu conhecimento. Tudo de conformidade com o conteúdo nos autos acima indicados. Dado e passado nesta cidade de Curitiba - PR, tinta (30) do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e três (2023). Eu, (Jucelio Veloso), Escrevente Juramentado, o fiz digitar, conferi e subscrevo.PAULO GUILHERME R. R. MAZINI Juiz de Direito Substituto

Paraná Banco S.A.
Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 14.388.334/0001-99 - Rua Comendador Araújo, 614, CEP 80.420-063, Curitiba/PR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 9h, na Rua Comendador Araújo, nº 614, 5º andar, CEP 80.420-063, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (b) Deliberação sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício e ratificação das distribuições antecipadas de juros sobre capital próprio efetuadas ao longo do exercício de 2023; e (c) Fixação da verba global anual para remuneração da administração da Companhia, para o exercício social corrente. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (a) Alteração do artigo 3º do Estatuto Social referente ao objeto social da Companhia, de forma a excluir a atividade referente à atuação no mercado de câmbio; (b) Alteração do capital social da Companhia, artigo 5º, conforme aumento de capital deliberado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 28 de dezembro de 2023 e aprovado pelo Banco Central do Brasil; (c) Alteração da denominação dos cargos da Diretoria, conforme artigo 18, de forma a incluir o cargo Diretor de Clientes e excluir os cargos Diretor de Novos Negócios e Diretor de Operações de Câmbio; (d) Alteração do parágrafo único do artigo 22 com a inclusão da descrição das atividades referentes ao cargo Diretor de Clientes e exclusão da descrição das atividades referentes aos cargos Diretor de Novos Negócios e Diretor de Operações de Câmbio; e (e) Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações mencionadas nos itens 2(a), 2(b), 2(c) e 2(d) acima. **Informações Gerais:** Em observância à Resolução CVM 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no website da Companhia (ri.paranabanco.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos pertinentes às matérias aqui previstas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão depositar (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia que comprovem a sua qualidade de acionista e (ii) caso o acionista deseje ser representado por procurador, o respectivo mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, no endereço acima mencionado, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, até 72 (setenta e duas) horas antes da data designada para realização da Assembleia de Acionistas. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem sua identidade. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o artigo 5º da Resolução CVM 81/2022 e a Resolução CVM 70/2022, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária é de 10%, observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisição. Curitiba, 01 de abril de 2024

Leonardo Deeke Boguszewski - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE,
LAZER E JUVENTUDE



AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº02/2024-FMEL

A Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude, atendendo ao Decreto Municipal nº 1.067/2016, comunica publicação de Chamamento Público nº 02/2024 com Objeto: **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS COM PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)** sem fins lucrativos, com inscrições vigentes no Conselho Municipal de Esportes, que executam programas, projetos, atividades e serviços nos níveis da prática esportiva: Formação Esportiva, Excelência Esportiva e Esporte para Toda Vida, a ser realizado com recursos oriundos do Fundo Municipal do Esporte e Lazer, cujas parcerias serão formalizadas mediante Termo de Fomento pelo período de **12 (doze) meses**. Recebimento dos envelopes, de acordo com o item 5.1 do Edital nº02/2024-FMEL, no setor de protocolo da SMELJ. **DATA:** 04/04/2024 a 06/05/2024 **HORÁRIO:** das 08h às 12h e das 14h às 18h **LOCAL:** Rua Trajano Reis, 282 – São Francisco – Curitiba/PR **DÚVIDAS:** (41) 3350-3763 / 3350-3738. Curitiba, 04 de abril de 2024.

Hideo Garcia
Superintendente



EDITAL DE CENSURA PÚBLICA
CD ROCHELY DE PAULA QUADROS – CRO/PR 17503
CD ROGERIO DE PAULA QUADROS JUNIOR – CRO/PR 17504
EPAO QUADROS & FORNAZARI LTDA – CRO/PR 2462

Em decorrência da decisão proferida pelo Conselho Regional de Odontologia do Estado do Paraná (CRO/PR) nos autos do Processo Ético nº. **93/2020 e 94/2020 (APENSO)**, contido no teor do acórdão lavrado transitado em julgado, sem interposição de recurso, faz saber que foi aplicada a **CD ROCHELY DE PAULA QUADROS – CRO/PR 17503, ao CD ROGERIO DE PAULA QUADROS JUNIOR – CRO/PR 17504 e a EPAO QUADROS & FORNAZARI LTDA – CRO/PR 2462** a pena de **CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, CUMULADA COM PENA PECUNIÁRIA DE 03 (TRÊS) ANUIDADES**, por infração aos Art. 9º, Inciso II, Art. 31, Inciso VII e Art. 32, Inciso XII do Código de Ética Odontológica. A presente publicação decorre dos termos do Artigo 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica – Resolução 118/2012.Curitiba (PR), 3 de abril de 2024. Aguinaldo Coelho de Farias, CD-Presidente do CRO/PR

PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S/A
CNPJ nº. 02.725.300/0001-63 - NIRE 41.300.016.348

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam as acionistas da Pasa - Paraná Operações Portuárias S/A, convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2024, às 9:00 horas, de forma remota e exclusivamente **digital**, nos termos da Instrução Normativa No. 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, alterada de tempos em tempos (“**IN DREI 81/20**”), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Paranaguá, 25 de março de 2024. **Paulo Meneguetti** - Diretor Presidente. **Informações Gerais.** Poderão participar da Assembleia ora convocada, as acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia no dia da realização da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores. A este respeito, nos termos do art. 15º do Estatuto Social da Companhia, e do §1º do art. 126 da Lei nº. 6.404/76, a acionista poderá ser representada na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, membro da administração da Companhia ou advogado licenciado no Brasil. Nos termos IN DREI no 81/2020, a Companhia solicita que as acionistas apresentem até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, os seguintes documentos: (1) cópia da identidade de seu representante legal, cópia dos atos societários relevantes que comprovem a representação legal, incluindo, mas não se limitando a: (1.a) o contrato social ou estatuto social; (1.b) o ato societário de eleição dos administradores que comparecerem à Assembleia na qualidade de representante da acionista, e/ou (1.c) cópia da procuração outorgada a terceiro para representar a acionista. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: Carteira de Identidade Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, ou carteiras funcionais expedidas por órgãos da administração pública, desde que contenham a fotografia do titular. A Assembleia será realizada de forma remota e exclusivamente digital, não sendo adotado o sistema de boletim de voto à distância. As vias digitalizadas dos documentos necessários à participação na Assembleia deverão ser encaminhados ao seguinte endereço eletrônico: PASA@PASAPARANAGUA.COM.BR. Após o recebimento dos documentos acima mencionados, a Companhia entrará em contato com a acionista solicitante para informar os procedimentos de acesso à Assembleia, por meio de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams.



MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 24/2024
UASG 455978

O **MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, nº. 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal nº. 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br Maiores informações pelo fone: (41) 36261122 Ramal 224.

Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais e insumos hospitalares
Data da Sessão: 17 de Abril de 2024 às 09h00.
Valor Máximo: R\$ 615.496,90 (seiscentos e quinze mil quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos)
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/>
https://pncp.gov.br/app/editais/?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1
Mandirituba, 03 de Abril de 2024
Luis Antonio Biscaia
Prefeito

RUMO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.387.241/0001-60 - NIRE 41.300.019.886 / CVM nº 17450

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho de Administração da **Rumo S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Rua Emílio Bertolini, nº 100, sala 1, Vila das Oficinas, CEP: 82.920-030, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.300.019.886, inscrita no CNPJ sob o nº 02.387.241/0001-60, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código nº 17450 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da Resolução CVM nº 81, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **30 de abril de 2024, às 17h00**, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** As contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(iv)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; **(v)** Indicação do Presidente do Conselho Fiscal; **(vi)** Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e **(vii)** Fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024; **Informações Gerais:** Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e na página eletrônica da Companhia na rede mundial de computadores (<http://ri.rumolog.com/>), tendo sido enviados também à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente (assembleia exclusivamente digital). Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que poderá optar por participar **(i)** por meio da plataforma eletrônica TEN MEETINGS ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings") pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou **(ii)** por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22 ("Boletim de Voto a Distância" ou "Boletim"). Conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da Resolução CVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. **Orientações para Participação via Sistema de Participação Remota:** A Plataforma Digital estará disponível para acesso a partir das 16h30 do dia 30 de abril de 2024. Por meio da Plataforma Digital, o acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital deverão acessar, com login e senha únicos, o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/201372892>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, conforme indicados abaixo, com, no máximo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 28 de abril de 2024 (inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do cadastro pela Companhia, será liberada ao acionista a participação online diretamente na Plataforma Digital. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme abaixo indicado. Os acionistas que não enviarem a solicitação de Cadastro, acompanhada dos documentos abaixo relacionados, na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar na Assembleia Geral via Plataforma Digital. Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81/22, a Plataforma Digital assegurará o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a Assembleia Geral que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da Assembleia Geral; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. e do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: **(i)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(ii)** comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia em até, no máximo, 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral. Para fins de esclarecimento, o comprovante a que este item se refere, deverá ser emitido entre a data da divulgação deste Manual e Proposta, ou seja, 01º de abril de 2024 e 28 de abril de 2024; **(iii)** procuração, preferencialmente, com reconhecimento de firma do outorgante ou assinada digitalmente por meio de certificação digital (ICP-Brasil). A Companhia aceitará procuração assinada de forma eletrônica simples, desde que demonstre identificação inequívoca do signatário, em caso de participação por meio de representante; e/ou **(iv)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar a solicitação de Cadastro com seus dados no endereço <https://assembleia.ten.com.br/201372892>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado na solicitação de Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Ainda, o representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, nos termos do item (iii) acima. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação, bem como deverá indicar a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados por pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (a) procurador que seja acionista ou administrador da Companhia; (b) advogado; ou (c) instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM R2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. A Companhia não exigirá: (i) cópia autenticada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, admitindo-se a apresentação por meio de protocolo digital, que serão recebidos mediante ao Cadastro na plataforma Ten Meetings que deverá ser realizado no <https://assembleia.ten.com.br/201372892> em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até 17:00 horas do dia 28 de abril de 2024, consoante o previsto na Resolução CVM nº 81/2022, art. 6º, §§ 1º e 3º; e (ii) a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro ou por seu respectivo procurador, conforme o caso). Na hipótese de o acionista não receber as instruções e orientações para acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail <ir@rumolog.com> para que seja prestado o suporte necessário. As informações de login e senha são pessoais e intransferíveis. O acesso à Assembleia Geral será feito exclusivamente por meio da Plataforma Digital e será restrito aos Acionistas ou respectivos procuradores/representantes que tenham se cadastrado previamente nos termos deste Manual e Proposta. Além disso, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação das Assembleias com antecedência de 15 (quinze) minutos a 20 (vinte) minutos para se ambientar à plataforma e verificar seu correto funcionamento. Caso o acesso à plataforma não esteja liberado nesse período, solicitamos que o acionista entre imediatamente em contato pelo e-mail ou telefone acima reportando a questão. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador **Google Chrome** ou **Microsoft Edge**, observado que o navegador **Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital**. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou proxy que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail ir@rumolog.com. A participação por meio da Plataforma Digital será mediante áudio, e os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras desligadas durante o curso da Assembleia Geral. Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma do item 7 no Manual e Proposta, mas, ainda assim, queira votar durante a Assembleia por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas no item 6 do Manual e Proposta. Em decorrência da Assembleia Geral ser realizada exclusivamente de forma digital, a Plataforma Digital registrará a presença dos acionistas, que serão posteriormente lavradas no "Livro de Presença", e, após serem certificados pelos membros da mesa, será considerada a assinatura dos acionistas presentes, seja por participação remota ou por Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81/22. **A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Participação na Assembleia Geral Via Boletim de Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia Geral mediante o preenchimento e a entrega do Boletim de Voto a Distância, **(a)** diretamente pelo acionista e enviado para a Companhia (conforme procedimentos indicados nos itens 7.1 e 7.3 do Manual e Proposta); **(b)** diretamente na plataforma da TEN (conforme indicado no item 7.2 do Manual e Proposta), ou, ainda, **(c)** por meio de prestadores de serviços (conforme detalhado no item 7.4 do Manual e Proposta). Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma descrita no Manual e Proposta, mas, ainda assim, queira votar durante a Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas para a participação via sistema de participação remota. Em decorrência da Assembleia Geral ser realizada exclusivamente de forma digital, a Plataforma Digital registrará a presença dos acionistas, que serão posteriormente lavradas no "Livro de Presença", e, após serem certificados pelos membros da mesa, será considerada a assinatura dos acionistas presentes, seja por participação remota ou por Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 47 V, §2º, da Resolução CVM 81/22. **A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital.** A ata da Assembleia Geral será lida no final da reunião. Curitiba, 01 de abril de 2024. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINFOPAR - SINDICATO DOS FONOAUDIÓLOGOS DO ESTADO DO PARANÁ, CONVOCA todos os Fonoaudiólogos do Estado do Paraná, associados ou não para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **17/04/2024 às 19:00h** na modalidade tele presencial através do **Link da videochamada: <https://meet.google.com/nsdl-wmvj-wru>** em primeira convocação com quórum qualificado e às **19:30h**, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **a) Análise e Aprovação da pauta de reivindicações da CCT 2024, b) Autorização para a Diretoria do SINFOPAR assinar a CCT 2024 e tomar as medidas judiciais e administrativas necessárias em defesa dos interesses da categoria abrangida; c) Autorização para a Diretoria do SINFOPAR apreciar e suscitar Dissídio Coletivo, caso resultem infrutíferas as negociações; d) Discussão e Aprovação da tabela de honorários de 2024; e) Discussão e Aprovação da taxa associativa de 2024; f) Discussão e aprovação do desconto da Contribuição Confederativa ou Negocial da CCT 2024; g) Informes.**

Curitiba, 04 de abril de 2024.
Maria Patrícia do Nascimento
- Presidente SINFOPAR

EDITAL DE CITAÇÃO O Doutor **FABIANO JABUR CECY**, Meritíssimo Juiz de Direito da 18ª Vara Cível de Curitiba da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei...**EDITAL DE CITAÇÃO DE BASE SOLIDA PARTICIPAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA (CNPJ 17.088.301 /0001-11) - PRAZO 90 (noventa) DIAS.FAZ SABER** a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório da 18ª Vara Cível, tramitam através do sistema Projudi, cujo endereço eletrônico é <https://portal.tjpr.jus.br/projudi/> os autos de **Nulidade de Negócio Jurídico**, sob o nº **0023758-23.2019.8.16.0001**, figurando como requerente **ALNEI ANTONIO PROVENZI** (CPF 350.914.440-68) e como requeridos **BASE SOLIDA PARTICIPAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA (CNPJ 17.088.301/0001-11), ESPÓLIO DE GIDIONE RODRIGUES DE LIMA REPRESENTADO(A) POR OLINDA ALZIRA BRANDT (CPF não cadastrado), ROSA RODRIGUES DE LIMA (CPF 274.770.029-15) e SONIA MARA RODRIGUES DE LIMA PROVENZI (CPF 595.211.049-53)**.Tem o presente a finalidade **CITAÇÃO** do requerido **BASE SOLIDA PARTICIPAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA**, atualmente em lugarincerto e não sabido, para os termos da ação, podendo, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo do edital, contestá-la, sob pena de revelia, ou seja, não sendo contestada presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente (art. 344, CPC).**SINTESE:** Houve uma permuta de um apartamento localizado no bairro Umbará, pelo fornecimento de 750 m2 de granito, além da troca, foi realizado o pagamento no valor de 60 mil reais pelo apartamento. A escritura pública do imóvel foi lavrada em nome terceiro, em razão da existência de dívidas da empresa do Requerente/ adquirente. Ou seja, o Requerente pediu um favor ao seu cunhado à época, devido ao receio de que em seu próprio nome o imóvel adquirido viesse a ser penhorado em decorrência das dívidas fiscais da empresa. Da petição inicial resume-se que se trata de "briga familiar" na qual o autor se separou litigiosamente da requerida Sonia e alega sempre ter tido a posse do imóvel, embora o terceiro falecido detivesse a propriedade documentalente. Como houve a venda desse imóvel para a empresa Requerida (Base Solida Participação Administração E Consultoria Ltda), na presente demanda discute-se a titularidade do mesmo, em que o autor busca sua cota parte de 50% em razão de ser divorciado. Há duas causas conexas com a presente, uma delas tramita na 7ª Vara Criminal desta capital em que o aqui autor, lá se encontra como promovido e é acusado de estelionato. Já na 15ª Vara Cível a empresa (Base Solida Participação Administração E Consultoria Ltda) é autora e os requeridos são: os filhos do autor Guilherme Pedro Provenzi e Thaila Elena Provenzi De Freitas e os outros: Luiz Ivo Gabardo e Sueli Terezinha Gabardo.Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado na sede deste Juízo, no lugar público e de costume. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Curitiba aos 28 dias de fevereiro de 2024. Eu, Larissa Mazzuchetti Pereira, Estagiária, o redigi. Vai assinado pelo MM. Juiz de Direito, **Fabiano Jabur Cecy** Juiz de Direito

ÁLCOOL DO PARANÁ TERMINAL PORTUÁRIO S.A. CNPJ n.º 04.087.783/0001-43 - NIRE 41.300.069.832 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam as acionistas da Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma remota e exclusivamente **digital**, nos termos da Instrução Normativa No. 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, alterada de tempos em tempos ("IN DREI 81/20") para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Paranaguá, 04 de abril de 2024. **Paulo Meneguetti** - Diretor Presidente. **Informações Gerais.** Nos termos IN DREI no 81/2020, a Companhia solicita que as acionistas apresentem até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, os seguintes documentos: (1) cópia da identidade de seu representante legal, cópia dos atos societários relevantes que comprovem a representação legal, incluindo, mas não se limitando a: (1.a) o contrato social ou estatuto social; (1.b) o ato societário de eleição dos administradores que comparecerem à Assembleia na qualidade de representante da acionista, e/ou (1.c) cópia da procuração outorgada a terceiro para representar a acionista. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: Carteira de Identidade Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, ou carteiras funcionais expedidas por órgãos da administração pública, desde que contenham a fotografia do titular. A Assembleia será realizada de forma remota e exclusivamente digital, não sendo adotado o sistema de boletim de voto à distância. As vias digitalizadas dos documentos necessários à participação na Assembleia deverão ser encaminhados ao seguinte endereço eletrônico: apoio@grupocpa.com.br. Após o recebimento dos documentos acima mencionados, a Companhia entrará em contato com a acionista solicitante para informar os procedimentos de acesso à Assembleia, por meio de videoconferência, através da plataforma TEAMS.

A melhor

relação

custo

X

benefício

em

Publicidade-

Legal

está no

Bem Paraná

Faça um orçamento
sem compromisso

3350.6620



Copadubo S/A e Grupo

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2023

Apresentação - A Copadubo S/A apresenta esse relatório da administração como forma de estreitar o relacionamento com toda a sociedade, por meio de prestação de contas de suas atividades e resultados, mantendo o compromisso com a transparência. Este relatório, relativo ao ano de 2023, aborda o desempenho operacional e econômico da Copadubo S/A, com destaque para as principais iniciativas realizadas durante o exercício. **Relatório de Administração** - É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Administração da Copadubo S/A referente ao exercício de 2023, ano que marcou o início de uma nova e promissora fase em nossa trajetória. Neste documento, detalharemos a expansão estratégica de nossas operações para o transporte de cargas rodoviário, um movimento audacioso que reflete nossa visão de futuro e compromisso com o crescimento sustentável. Historicamente, a Copadubo Transportes consolidou sua reputação no transporte de fertilizantes, atuando exclusivamente dentro da cidade de Paranaguá, no porto de Paranaguá. Este ano, decidimos expandir nossas operações, iniciando uma nova atividade no transporte de cargas rodoviário. Esta decisão foi motivada pela identificação de uma oportunidade de diversificar nossos serviços e atender a uma demanda crescente. Para viabilizar essa expansão, investimos na compra de 30 caminhões modernos e eficientes, projetados para maximizar a capacidade de carga e otimizar a logística de transporte. Esse investimento significativo não apenas aumenta nossa capacidade operacional, mas também nos posiciona de maneira competitiva no mercado de transportes rodoviários. O ano de 2023 apresentou um cenário promissor para o setor de transporte rodoviário no Brasil, impulsionado pelo vigoroso crescimento do agronegócio. O país continua a se destacar como um dos maiores produtores e exportadores de commodities agrícolas do mundo, o que resulta em uma demanda constante e crescente por serviços logísticos eficientes e confiáveis. A expansão da nossa operação para o transporte de cargas rodoviário nos coloca diretamente no coração deste dinâmico setor econômico. Com uma frota moderna e adaptada às necessidades específicas do transporte de cargas diversas, estamos preparados para atender a essa demanda, oferecendo soluções logísticas que contribuem para a eficiência e a competitividade do agronegócio brasileiro. A decisão de expandir nossas operações e investir em uma

nova frota reflete nosso compromisso com o crescimento sustentável. Estamos atentos às tendências do mercado e às necessidades de nossos clientes, buscando constantemente inovar e aprimorar nossos serviços. Este investimento fortalece nossa posição no mercado. **Recursos Humanos** - O engajamento dos funcionários é fator relevante para a manutenção do bom desempenho do nosso modelo de negócio. Entendemos que quanto mais os funcionários estiverem aderentes a alinhados à cultura e às diretrizes da companhia, mais qualificadas serão as entregas e, consequentemente, mais consistentes serão os resultados. É por esta razão que em 2023 continuamos o trabalho de desenvolver e capacitar os nossos funcionários e em 2024 a nossa área de Recursos Humanos terá a missão de contribuir com a estratégia do negócio, por meio de ações integradas e competitivas de gestão de pessoas, em um ambiente de respeito aos valores da empresa. **Audítores independentes** - Com o objetivo de trazer mais confiabilidade na administração da empresa, a Copadubo informa que utilizou os serviços de auditoria independente da YSA Auditores e Associados S/S, para auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício de 2023. **Conclusão** - O ano de 2023 foi marcante para a Copadubo, com a expansão de nossas operações para o transporte de cargas rodoviário representando um passo significativo em nossa jornada de crescimento. Estamos confiantes de que este investimento nos posicionará como líderes neste segmento, gerando valor para nossos acionistas e contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio e da economia brasileira. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, clientes e colaboradores, que são fundamentais para o sucesso de nossa empresa. Estamos entusiasmados com as oportunidades que o futuro nos reserva e comprometidos em continuar a trilhar um caminho de sucesso e sustentabilidade.

Conselho de Administração - Marcelo Paes - **Presidente do Conselho de Administração**
Membros do Conselho de Administração - Allan Derik Constantino Benkendorf - Thérbio Castro da Silva - Wallace Henrique de Felix - Geraldo Luiz Gans - Alessandro Costa Marques Figueira - Alexandre Jorge Cavalcanti de Miranda - **Diretoria** - Erick Gonçalves dos Santos Couto - **Diretor Administrativo** - Danilo Martins de Souza - **Diretor Operacional** - Contabilidade - Ilisor Luis Moletta - **Contador** CRC: PR 031784/O-0

Balanco Patrimonial Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo (Em R\$)	Notas Explicativas	Copadubo S/A (Controladora)		Copadubo Transportes e Logística S/A		Copadubo AutoPeças S/A		Copadubo Serviços de Guincho S/A		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE		9.827,08	271.065,81	30.157.598,11	29.487.431,25	131.044,63	182.614,56	644,83	6.784,44	30.299.114,65	29.947.896,06
DISPONÍVEL		8.597,73	269.836,46	4.439.858,47	7.214.876,20	109.193,41	160.198,25	644,83	4.934,44	4.558.294,44	7.649.845,35
CAIXA	3.1	0,00	0,00	0,00	405,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,11
BANCOS	3.1	8.597,73	269.836,46	4.439.858,47	7.214.876,20	109.193,41	160.198,25	644,83	4.934,44	4.558.294,44	7.649.845,35
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		1.229,35	1.229,35	25.717.739,64	22.272.555,05	21.851,22	22.416,31	0,00	1.850,00	25.740.820,21	22.298.059,71
CLIENTES		0,00	0,00	9.795.644,59	6.192.884,98	0,00	565,09	0,00	1.850,00	9.795.644,59	6.195.300,07
CREDITOS FUNCIONARIOS		0,00	0,00	124.207,58	105.103,86	0,00	0,00	0,00	0,00	124.207,58	105.103,86
ADIANTAMENTO FORNECEDORES		1.229,35	1.229,35	1.088.712,48	1.833.783,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.089.941,83	1.835.012,92
IMPOSTOS A COMPENSAR		0,00	0,00	723.511,63	796.274,55	0,00	0,00	0,00	0,00	723.511,63	796.274,55
IMPOSTO A RECUPERAR		0,00	0,00	64.083,48	218.839,15	0,00	0,00	0,00	0,00	64.083,48	218.839,15
CONTA CORRENTE ASSOCIADOS	3.2	0,00	0,00	13.552.898,15	12.870.129,57	0,00	0,00	0,00	0,00	13.552.898,15	12.870.129,57
ESTOQUE	3.3	0,00	0,00	267.788,03	255.539,37	21.851,22	21.851,22	0,00	0,00	289.639,25	277.390,59
DESPESAS EXERCÍCIO SEGUINTE		0,00	0,00	100.893,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.893,70	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		133.044,63	1.528.682,90	26.824.317,26	18.676.233,70	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	26.827.317,26	18.676.233,70
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS		0,00	0,00	57.935,73	31.924,21	0,00	0,00	0,00	0,00	57.935,73	31.924,21
INVESTIMENTOS	4.1	133.044,63	1.528.682,90	40.148,81	10.900,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	133.044,63	1.528.682,90
IMOBILIZADO	4.2	0,00	0,00	26.726.232,72	18.633.409,49	0,00	0,00	0,00	0,00	26.726.232,72	18.633.409,49
TOTAL ATIVO		142.871,71	1.799.748,71	56.981.915,37	48.163.664,95	132.044,63	182.614,56	1.644,83	6.784,44	57.126.431,91	48.624.129,76

Passivo + Patrimônio Líquido (Em R\$)	Notas Explicativas	Copadubo S/A (Controladora)		Copadubo Transportes e Logística S/A		Copadubo AutoPeças S/A		Copadubo Serviços de Guincho S/A		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE		825.375,96	1.063.118,21	37.683.364,96	28.149.779,63	0,00	50.800,45	699.413,94	699.413,94	39.208.154,86	29.983.113,23
FORNECEDORES		0,00	0,00	16.101.359,68	14.078.155,67	0,00	1.054,79	0,00	0,00	16.101.359,68	14.079.210,46
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.1	0,00	52.500,00	17.615.010,99	11.480.263,06	0,00	45.641,04	699.413,94	699.413,94	18.314.424,93	12.277.818,04
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	753.910,65	497.057,69	0,00	30,41	0,00	0,00	753.910,65	497.088,10
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		0,00	2.268,65	847.475,62	678.506,61	0,00	68,06	0,00	0,00	847.475,62	680.843,32
OUTRAS OBRIGAÇÕES		825.375,96	1.025.375,96	1.481.892,68	542.767,03	0,00	87,54	0,00	0,00	2.307.268,64	1.568.230,53
CHEQUES A COMPENSAR		0,00	0,00	0,00	16.673,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.673,51
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		0,00	2.974,60	307.586,42	429.049,81	0,00	3.918,61	0,00	0,00	307.586,42	435.943,92
PROVISÕES		0,00	0,00	576.128,92	427.306,25	0,00	0,00	0,00	0,00	576.128,92	427.306,25
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.145.980,92	692.629,50	23.746.762,22	18.617.016,53	0,00	0,00	0,00	0,00	23.746.762,22	18.617.016,53
REPERAS COM INVESTIMENTO		0,00	0,00	23.746.762,22	17.105.616,76	0,00	0,00	0,00	0,00	23.746.762,22	17.105.616,76
LONGO PRAZO	6.1	5.145.980,92	692.629,50	23.746.762,22	17.105.616,76	0,00	0,00	0,00	0,00	23.746.762,22	17.105.616,76
CONTINGÊNCIA PROC.	6.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHISTA CIVIL	6.3	0,00	0,00	0,00	1.511.399,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.511.399,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-5.828.485,17	24.000,00	-4.448.211,81	1.396.888,79	132.044,63	131.814,11	-697.769,11	-692.629,50	-5.828.485,17	24.000,00
CAPITAL SOCIAL	7.1	20.000,00	20.000,00	65.000,00	65.000,00	100,00	100,00	100,00	100,00	20.000,00	20.000,00
RESERVAS		4.000,00	4.000,00	11.950,53	11.950,53	20,00	20,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	7.2	-5.852.485,17	0,00	-4.525.162,34	1.319.918,26	131.924,63	131.694,11	-697.869,11	-692.729,50	-5.852.485,17	0,00
TOTAL PASSIVO		142.871,71	1.799.748,71	56.981.915,37	48.163.664,95	132.044,63	182.614,56	1.644,83	6.784,44	57.126.431,91	48.624.129,76

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota Explicativa	Capital Realizado	Reserva	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido (Consolidado)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		20.000,00	4.000,00	0,00	24.000,00
Ajustes de exercícios anteriores:					
Efeitos da mudança de critérios contábeis		0,00	0,00	0,00	0,00
Retificação de erros de exercícios anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital:					
Por subscrição realizada		0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de reservas		0,00	0,00	0,00	0,00
De Lucros		0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido do exercício	7,2	0,00	0,00	-5.852.485,17	-5.852.485,17
Proposta da administração para destinação do lucro		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para reservas:					
Reserva de legal	7,2	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição de Lucros	7,2	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		20.000,00	4.000,00	-5.852.485,17	-5.828.485,17

Demonstração do Resultado Abrangente - Consolidado - Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Copadubo S/A (Controladora)		Copadubo Transportes e Logística S/A		Copadubo AutoPeças S/A		Copadubo Serviços de Guincho S/A		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado líquido do período	-5.852.485,17	1.772.975,18	-5.845.080,60	1.774.956,97	230,52	-6.935,91	-5.139,61	-39.850,68	-5.852.485,17	1.772.975,18
Cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item (c))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(d) ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(d) ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(e) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado abrangente do período	-5.852.485,17	1.772.975,18	-5.845.080,60	1.774.956,97	230,52	-6.935,91	-5.139,61	-39.850,68	-5.852.485,17	1.772.975,18

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA COPADUBO S/A E SUAS CONTROLADAS (COPADUBO AUTOPEÇAS S/A, COPADUBO SERVIÇOS DE GUINCHO S/A, COPADUBO TRANSPORTES E LOGÍSTICA S/A) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 – CONTEXTO OPERACIONAL
A Sociedade Anônima Fechada COPADUBO S/A, cadastrada no CNPJ nº 27.918.834/0001-37 está situada na Avenida Coronel José Lobo, 734, Oceania, Paranaguá/PR e tem como atividade econômica: Outras Sociedades de Participação.
2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, atualizadas pela Lei nº 11.638/2007, além de estar em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 (R1) (contabilidade para pequenas e médias empresas). As demonstrações consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e suas controladas.
A Copadubo S/A é acionista única, portanto controladora das seguintes empresas:
- Copadubo Autopeças S/A, cadastrada no CNPJ nº 29.132.817/0001-03, situada em Paranaguá/PR que tem como atividade econômica: Comércio a Varejo de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores;
- Copadubo Serviços de Guincho S/A, cadastrada no CNPJ nº 29.292.947/0001-03, situada em Paranaguá/PR, que tem como atividades econômicas: Serviços de Reboque de Veículos, Aluguel de Imóveis Próprios, Gestão e Administração da Propriedade Imobiliária, Aluguel de Outras Máquinas, Atividades de Monitoramento de Sistemas de Segurança Eletrônicos;
- Copadubo Transportes e Logística S/A, cadastrada no CNPJ nº 84.943.430/0001-37, situada em Paranaguá/PR, que tem como atividades econômicas: Atividades de Operador Portuário, Transporte Rodoviário de Cargas, Aluguel de Máquinas e Equipamentos, Armazéns Gerais, Carga e Descarga, entre outras.
As Demonstrações das empresas investidas estão representadas em forma de colunas, demonstradas lado a lado com a controladora, concluindo com o **Demonstrativo Consolidado** que dispõe os valores do Grupo (aqui denominado Grupo Copadubo), já eliminando o efeito das participações da controladora em suas controladas.
3 – ATIVO CIRCULANTE
Os ativos realizáveis até doze meses estão demonstrados como circulantes.
3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa
A conta caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades) do Grupo Copadubo em 31 de dezembro de 2023 para fins de elaboração da DFC e do Balanco Patrimonial está disposta da seguinte maneira:

A conta caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades) do Grupo Copadubo em 31 de dezembro de 2023 para fins de elaboração da DFC e o Balanço Patrimonial está disposto da seguinte maneira:					
Composição Disponível	Copadubo S/A	Copadubo Transportes	Copadubo	Copadubo Serviços	
Grupo Copadubo	(Controladora)	e Logística S/A	Autopeças S/A	de Guincho S/A	Consolidado
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos	8.597,73	444.334,29	109.193,41	644,83	562.770,26
Aplicações Financeiras	0,00	3.995.524,18	0,00	0,00	3.995.524,18
TOTAL	8.597,73	4.439.858,47	109.193,41	644,83	4.558.294,48

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da COPADUBO S/A
Paranaguá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da COPADUBO S/A, identificada como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da COPADUBO S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa, individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individual e consolidada". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Patrimônio Líquido e Resultado Acumulado

A posição consolidada, patrimonial e financeira, da COPADUBO S/A em 31 de dezembro de 2023, apresentou saldo devedor no Patrimônio Líquido no montante de R\$ R\$ 5.852.485,17, e Resultado Acumulado de (R\$ 5.852.485,17), enquanto que o Lucro Bruto gerado nos doze meses foi de R\$ 24.392.149,65. Destacamos que a situação financeira e operacional da Companhia merece atenção especial por parte da diretoria. A administração da Companhia apresentou um plano de ação, vide nota explicativa 09, buscando equalizar a relação "receita operacional x despesas". As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e/ou classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade das atividades da companhia.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individual e consolidada, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis, individual e consolidada, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2023, foram por nós auditadas, cujo relatório, sem modificação de opinião, fora datado em 15 de março de 2023.

Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente

A administração da COPADUBO S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individual e consolidada, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individual e consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individual e consolidada, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, individual e consolidada.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individual e consolidada, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individual e consolidada, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração e os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 10 de março de 2024.

YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS

CRC-PR 07.495/0-0

PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES

CONTADOR CRC-PR 033.119/0-8

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2024 Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA e a empresa TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, CNPJ/MF n.º 03.506.307/0001-57. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle de aquisição de combustível através de cartão magnético, para abastecimento dos veículos e máquinas da Câmara Municipal de Araucária. **Valores** Preço global estimado de R\$ 145.362,64 (cento e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), Gasto estimado com combustível para 12 meses R\$ 152.068,88 (cento e cinquenta e dois mil, sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos). Taxa de administração-4,41%. **Prazo Vigência:** 12 (doze) meses, **Recurso:** 3.3.90.30.01.02 Gasolina 3.3.90.40.99.01 Outros serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica. **Araucária, 27 de março de 2024. BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA.**

JUIZO DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR Rua Mateus Leme, nº. 1.142, 9º andar - CEP 80530-010 - email - 20varacivel@gmail.com EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 60 (SESSENTA) DIAS A DOUTORA RAFAELA ZAREPLON MMA. JUIZA DE DIREITO DA VIGÉSIMA VARA CÍVEL DE CURITIBA, PARANÁ, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vigésima Vara Cível se processam os termos da ação de usucapião nº. 0008646-22.2016.8.16.0194 requerida por MARIA OTAVIA SILVA em face de ELIANE ANTONIO E OUTROS e, em atendimento ao que dos autos consta, ficam, EVENTUAIS CONFRONTANTES, INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS CITADOS, para os termos da ação, cuja peça inicial e despacho abaixo transcritos, podendo, querendo, no prazo de QUINZE (15) DIAS ÚTEIS, contados da data do término do prazo do edital, contestar, sob pena de não o fazendo, presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora (artigo 344 do Código de Processo Civil). PETIÇÃO INICIAL NA INTEGRAL: EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ MARIA OTÁVIA SILVA, brasileira, divorciada, hoje com 82 (oitenta e dois) anos de idade, portadora do CPF nº 450.571.339-34, domiciliada e residente nesta capital, na Rua Alameda Prudente de Moraes nº 356, apartamento nº 9, Mercês, Curitiba-PR, por seu advogado, adiante assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência com fulcro no art. 1.240 do atual Código Civil, propor a presente AÇÃO DE USUCAPIÃO, o que faz, data vênica, aduzindo as seguintes razões de fato e de direito: A autora é legítima possuidora há mais de 14 (quatorze) anos, do imóvel assim descrito: "Um apartamento sob nº 09 (nove), situado à esquerda de quem entra da rua Prudente de Moraes, com a área construída de propriedade exclusiva de 97, 60m2, área construída de uso comum de 4, 90m2, área correspondente ou global de 102, 50m2, localizado no andar térreo ou 1º andar pavimento do EFIFÍCIO RUIBÍ, sito à rua Prudente de Moraes nº 356, nesta Capital e a fração ideal de 0,063 ou 73, 678m2 que lhe corresponde nas partes comuns e no terreno onde o dito prédio está construído, terreno esse constituído do lote 28-NO-A93, com a indicação fiscal nº 11-001-034.000 do Cadastro Municipal, medindo em sua totalidade 12,66m (doze metros e sessenta e seis centímetros) de frente para a rua Prudente de Moraes, sendo o lado direito de quem desta rua olha o imóvel formado por 04 (quatro) linhas, sendo a primeira com 30, 50 m (trinta metros e cinquenta centímetros), onde divide com o lote 11-001-36.000, a segunda com 10, 75 m (dez metros e setenta e cinco centímetros), onde confronta com o mesmo lote nº 11-001-36.000, a terceira com 19, 80m (dezenove metros e oitenta centímetros), onde confronta com o lote nº 11-001- 36-000 e a quarta e última linha mede 16, 30m (dezesseis metros e trinta centímetros), onde faz divisa com o lote 11-001-28.000, o lado esquerdo é formado por 03 (três) linhas, que medem, a primeira com 38,40m (trinta e oito metros e quarenta centímetros), onde confronta com o lote 11-001-12.000, a segunda com 5, 70m (cinco metros e setenta centímetros), onde confronta com o mesmo lote 11-001-12.000 e a terceira e última linha mede 24, 30m (vinte e quatro metros e trinta centímetros), onde faz divisa com os lotes nº 11-001-19.000 e 11-00118.000, tendo de largura na linha de fundos 18, 00m (dezoito metros), onde confronta com os lotes nº 11-001023.000 e 11-001-28.000, com a área total de 1.169, 50m2. O imóvel usucapiendo está descrito e registrado na matrícula nº 41.136 (cópia anexa), do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição desta Capital, figurando como proprietária Odete Antonio Strano (ID nº 1.053.782-7/PR e CPF nº 040.654.682-72), brasileira, viúva, aposentada, falecida, (certidão de óbito em anexo) tendo como o último endereço a rua Brigadeiro Franco nº 177, ap. 602, nesta Capital. Em 25/03/2010 a senhora Odete Antonio Strano adquiriu o imóvel usucapiendo para que a autora pudesse lá continuar residindo, eis que era desejo da falecida doar o imóvel usucapiendo para a autora em retribuição aos longos anos que a autora cuidou da senhora Odete. A senhora Odete Antonio Strano faleceu no dia 25/06/2016 conforme se vê a certidão de óbito em anexo; tinha dois filhos que já são falecidos (Vera e Mário Rogerio) e desconhece-se a existência de outros herdeiros. Conforme se vê na certidão em anexo, não existe inventário em andamento da falecida senhora Odete Antonio Strano. A posse da autora é contínua e sem oposição a terceiros, ocupa de modo manso e pacífico e com animo de dono, posse essa materializada pelo fato de já morar neste apartamento há mais de 14 anos conforme se comprova com os documentos em anexo. O direito da autora está assegurado pelo artigo 1.240 do Código Civil. Citem-se por edital — com prazo de 60 (sessenta) dias, que deverá ser publicado no Diário Oficial eventuais interessados, mencionados ou não na inicial, que se encontram em lugar incerto, para que, querendo, também ofereçam resposta no mesmo prazo e com as mesmas advertências mencionadas no item anterior. Intimem-se, por via postal, acompanhando cópia da inicial, para que, no prazo de 30 (trinta) dias manifestem interesse que tiverem na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município. Tratando-se o imóvel usucapiendo de unidade autônoma de prédio em condomínio, desnecessária a citação dos confrontantes, tendo em vista que o bem está previamente definido na respectiva matrícula imobiliária. Intimem-se. Curitiba, 09 de março de 2017. Mayra Rocco Stainsack Magistrado. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Curitiba, 16 de fevereiro de 2023. Eu, analista judiciária, que o digitei, subscrevo e assino por determinação do MM. Juiz (Portaria 001/2016). Amanda Rosa Xavier Lemes Analista Judiciária

www.bemparana.com.brBEM
PARANÁ

3350.6620

GESTOR PÚBLICO

Garanta transparência
e segurança jurídica
para sua gestão.

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Prestar contas dos atos de governo em jornal é lei e prova de respeito ao cidadão. E é, também, uma forma simples de garantir mais tranquilidade em meio aos complicados aspectos legais da administração pública. **Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética. Publique seus editais, chamamentos, prestações de contas e balanços nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.**

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.brSINDEJOR PR
SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

SOPACO SOC. PARANÁ COML. E IMPORT. LTDA.
Rua Carlos Thoms, 341 - CEP 84500-096 - IRATI - PR - CNPJ 78.143.922/0001-45**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Prezados Acionistas, Em consonância com as exigências legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A diretoria agradece a todos os seus colaboradores pelo empenho demonstrado em seu trabalho, e coloca-se a disposição dos senhores acionistas, para prestar qualquer esclarecimento adicional, que considerem necessário. Irati(PR) 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	114.306,40	1.937.410,81	CIRCULANTE	104,03	1.847,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.656,74	1.898.935,81	Obrigações Fiscais e Sociais	104,03	1.847,00
Outros Créditos	85.649,66	38.475,00			
NÃO CIRCULANTE	42.852.473,35	37.484.993,26	NÃO CIRCULANTE	39.715.186,66	36.335.743,02
Depósitos Judiciais	3.538,14	3.538,14	Créditos de Acionistas	39.715.186,66	33.563.948,05
Refis Proc.IRPJ/CSLL	19.625.457,75	19.625.457,75	Créditos de Empresas Ligadas	-	2.771.794,97
Deposito Judicial - IRPJ/CSLL	22.215.595,78	17.732.813,75			
Créditos com Pessoas Ligadas	689.698,06	5.000,00			
	42.734.289,73	37.366.809,64	PATRIMONIO LIQUIDO	3.251.489,06	3.084.814,05
Investimentos	107.107,08	107.107,08	Capital Social	42.522,00	42.522,00
Imobilizado	11.076,54	11.076,54	Reservas de Capital	225.505,94	225.505,94
	118.183,62	118.183,62	Reserva Legal	47.316,63	47.316,63
TOTAL DO ATIVO	42.966.779,75	39.422.404,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	42.966.779,75	39.422.404,07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	TOTAL
			Lucros Acumulados	
SALDO em 31/12/2021.....	42.522,00	225.505,94	2.650.657,68	47.316,63
Resultado do Exercício.....	-	-	118.811,80	-
SALDO em 31/12/2022.....	42.522,00	225.505,94	2.769.469,48	47.316,63
Resultado do Exercício.....	-	-	166.675,01	-
SALDO em 31/12/2023.....	42.522,00	225.505,94	2.936.144,49	47.316,63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**Nota 1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares.

Nota 2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:**a) REGIME DAS TRANSAÇÕES / ESCRITAÇÃO:**

É adotado o regime de competência para registro de suas transações.

b) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

O Ativo Permanente está registrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas.

Nota 3 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 42.522,00 (Quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais), dividido em 212.610 (Duzentos e doze mil, seiscentos e dez) quotas

DIRETORIA:

João Abil Mansur

Cirlei Terezinha Dellani Milla

Gerson Gomes

Therézinha Caggiano Moreira

Julio Cezar Luiz da Silva

Tec.Cont. CRC (PR) 024225/O-0

CPF nº 285.990.049-71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2023	2022
RECEITA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-	-
DEDUÇÕES DAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-
Custo das Atividades Operacionais	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	(79.729,42)	(75.509,61)
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS	(79.729,42)	(75.509,61)
Despesas Administrativas	(79.729,42)	(75.509,61)
Processos Judiciais	-	-
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(79.729,42)	(75.509,61)
Receitas Financeiras	280.384,04	218.735,52
Despesas Financeiras	(324,08)	(423,26)
RESULTADO ANTES DO IRPJ/CSLL	200.330,54	142.802,65
(-) IRPJ	(21.034,71)	(14.994,28)
(-) CSLL	(12.620,82)	(8.996,57)
LUCRO/PREJ.LÍQUIDO DO EXERC.	166.675,01	118.811,80
LUCRO/PREJ. POR QUOTA	0,783947	0,558825

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	166.675,01	118.811,80
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	166.675,01	118.811,80

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS	166.675,01	118.811,80
LUCRO DO EXERCÍCIO	166.675,01	118.811,80
Redução/Aumento nas contas do Ativo	-	-
Outros Créditos	(47.174,66)	1.324,15
Deposito Judicial - IRPJ/CSLL	(4.482.782,03)	(4.176.851,98)
Créditos com Pessoas Ligadas	(884.698,06)	-
Redução/Aumento nas contas do Passivo	(4.914.290,71)	(2.851.717,13)
Obrigações Fiscais e Sociais	(1.742,97)	170,60
Créditos de Acionistas	6.151.238,61	4.587.177,34
Créditos de Empresas Ligadas	(2.771.794,97)	(313.181,07)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.870.279,07)	217.450,84
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(4.790,00)
Aumento do Ativo Imobilizado	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.870.279,07)	212.660,84
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.870.279,07)	212.660,84
NO INÍCIO DO PERÍODO	1.898.935,81	1.686.274,97
NO FIM DO PERÍODO	28.656,74	1.898.935,81



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 203791

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.458** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "ITAQUI", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **NATHALIA WEBER**, inscrito no CPF/MF sob n. **067.888.089-10**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **OUTUBRO/2022 À MARÇO/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **03.04.2024** corresponde a **R\$16.351,34(dezesseis mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) Sª(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) Sª(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 03 de Abril de 2024, 14:29:32.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:29:32.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.z3RFP.OrrOX
8rr00.F178q
https://sejo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe no Documento
VENCIUS KBCO
CNPJ: 05921055980 - 03/04/2024



Documento Assinado Digitalmente
VENCIUS KBCO
CPF: 05921055980 - 03/04/2024



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 203920

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **48.065** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "BOTIATUVA", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **CLARICE MARTINS SOARES**, inscrito no CPF/MF sob n. **023.621.489-63**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **AGOSTO/2022 À FEVEREIRO/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **03.04.2024** corresponde a **R\$14.697,59(quatorze mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) Sª(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) Sª(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 03 de Abril de 2024, 14:34:15.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:34:15.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.z3RFP.OrrOX
erA00.F178q
https://sejo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe no Documento
VENCIUS KBCO
CNPJ: 05921055980 - 03/04/2024



Documento Assinado Digitalmente
VENCIUS KBCO
CPF: 05921055980 - 03/04/2024



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 203948

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.810** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "ITAQUI", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **ADINALDO VINICIUS PAMPLONA CORREA**, inscrito no CPF/MF sob n. **106.658.829-55**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **ABRIL/2022 À FEVEREIRO/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **03.04.2024** corresponde a **R\$8.085,62(oito mil, oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) Sª(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) Sª(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 03 de Abril de 2024, 14:05:46.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:05:46.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.z3RFP.OrrOX
nr200.F178q
https://sejo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe no Documento
VENCIUS KBCO
CNPJ: 05921055980 - 03/04/2024



Documento Assinado Digitalmente
VENCIUS KBCO
CPF: 05921055980 - 03/04/2024



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 203932

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.579** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "ITAQUI", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **WILLIAN GONÇALVES PEREIRA**, inscrito no CPF/MF sob n. **093.113.539-73**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **AGOSTO/2023 À MARÇO/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **03.04.2024** corresponde a **R\$5.850,31(cinco mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e um centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) Sª(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) Sª(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 03 de Abril de 2024, 14:14:32.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:14:32.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.z3RFP.OrrOX
nrN00.F178q
https://sejo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe no Documento
VENCIUS KBCO
CNPJ: 05921055980 - 03/04/2024



Documento Assinado Digitalmente
VENCIUS KBCO
CPF: 05921055980 - 03/04/2024



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 203919

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **47.698** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "BOTIATUVA", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **HENRIQUE JACKSON DA SILVA GOMES**, inscrito no CPF/MF sob n. **031.925.823-83**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **JUNHO/2023 À MARÇO/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **03.04.2024** corresponde a **R\$5.828,81(cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V(s) Sª(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V(s) Sª(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 03 de Abril de 2024, 14:23:50.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:23:50.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.z3MFP.OrrOX
NrH00.F178q
https://sejo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe no Documento
VENCIUS KBCO
CNPJ: 05921055980 - 03/04/2024



Documento Assinado Digitalmente
VENCIUS KBCO
CPF: 05921055980 - 03/04/2024



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 203947

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.498** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar "ITAQUI", Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **JAINE ELVIN ATY DE OLIVEIRA** e **PAULO SERGIO DE OLIVEIRA**, inscritos no CPF/MF sob n. **129.056.359-40**

IVECO FLORENÇA

FLORENÇA CAMINHÕES S/A

C.N.P.J. 09.091.832/0001-35

Relatório da Administração

1 Visão Geral da Empresa
A Florença Caminhões está há 16 anos no mercado de venda de caminhões e peças sendo a única concessionária da marca Iveco atendendo Curitiba, Região Metropolitana e cidades vizinhas. Nossa visão como empresa é ser percebida como a melhor concessionária Iveco do país no que tange a qualidade e agilidade dos serviços prestados, gerando confiabilidade e fidelidade dos nossos clientes. Em 2010, pela primeira vez, fomos concessionária destaque no projeto Padrão de Pós vendas, premiação essa que se repete anualmente desde então. Já em 2019 fomos certificados com nota máxima no projeto Padrão de Vendas desenvolvido pela montadora a fim de alinhar os processos de atendimento, os treinamentos, o relacionamento com os clientes bem como toda a estrutura física da loja.

2 Descrição dos Negócios e Serviços
A Iveco atua no Brasil desde 1997 e é a montadora que mais cresce no país, investindo em tecnologia e no desenvolvimento de sua gama de veículos. Única fabricante operando com gama *full line*, atende a todos os seguimentos do mercado, desde veículos leves (a partir de 3,5 toneladas), até veículos pesados (80 toneladas), passando por ônibus, *linh off road*, veículos GNV, Magirus e também veículos de defesa.

A Iveco está presente em mais de 160 países e em 2007 iniciou seu plano de aceleração no Brasil que, até 2010 já tinha aberto 93 novas concessionárias pelo país. A Florença assumiu a bandeira Iveco em Curitiba em 2007, aceitando o desafio de contribuir para formar um dos maiores parques circulares de caminhões no Brasil.

Com uma carteira formada por mais de 2 mil clientes apenas na área de vendas de caminhões, a Florença atende grandes empresas como a Budel Transportes, a On Petro Distribuidora de Combustíveis, a SVD Transportes, dentre tantas outras atuantes em suas regiões e grandes formadoras de opinião.

Além de vender caminhões a Florença desenvolveu ao longo desses anos, excelência na prestação de serviços, sendo considerada a me-

lhor concessionária do Brasil nesse quesito. Primeira oficina do Brasil e ter seu próprio equipamento de alinhamento, com equipe formada e baixo *turnover*, em 2023 investimos pesado na formação de nossos profissionais, maximizando a assertividade e minimizando o tempo de espera e permanência dos nossos clientes.

Também na venda de peças, nossos números falam por si, estando em frequente crescimento tanto em lucratividade quanto em quantidade de produtos disponíveis. Com promoções frequentes, rapidez na entrega, garantia de fábrica e vendedores especializados, levamos aos nossos clientes a qualidade das peças genuínas Iveco e também das peças Nexpro - linha de peças desenvolvida pela Iveco para caminhões antigos e fora do período de garantia.

3 Estrutura e Recursos Humanos
Com sede na cidade de São José dos Pinhais - uma das maiores da Região Metropolitana de Curitiba - ligada à Capital por várias vias, próxima às saídas para os estados do Sul e do Sudeste bem como para o Norte e para o Litoral do Paraná, nossas instalações contam com terreno de quase 33 mil metros quadrados. Destes, 5 mil metros quadrados são construídos. Nosso bolsão de veículos tem capacidade para até 200 caminhões de estoque. Nosso *show room* é amplo e confortável. Nossa oficina é composta por 28 boxes, pátio de manobras, box GNV, depósito intermediário de resíduos, área de entrega técnica específica e sinalizada. Sem esquecer dos vestiários, estacionamento, refeitório e áreas de descanso para nossos funcionários e clientes, que são nosso maior ativo.

Ao final de 2023 a Florença Caminhões contava com uma equipe de 80 funcionários que são a base para todo o crescimento que vivemos até aqui e serão os protagonistas em todo o sucesso que está por vir.

4 Cenário Mundial, Local e Investimentos
Com o início da vigência da Proconve P8 em 1º de janeiro de 2023 e prestes a completar 25 anos de operação no Brasil, a montadora Iveco investiu mais de R\$1 bilhão para trazer ao país seu novo caminhão pesado Euro VI, o S-Way, que já rodava na Europa desde 2019. Para

colocar a produção do modelo em prática a Iveco aumentou a capacidade produtiva da sua fábrica em Sete Lagoas/MG abrindo 1.400 novos postos de trabalho e lançou mão de grande divulgação midiática. No mês de maio de 2023, a Florença realizou o Segundo Encontro Ivequeiro. Esse projeto era um desejo de nossa diretoria que vinha há algum tempo amadurecendo a ideia. Com o apoio incondicional de toda a equipe de vendas, de pós vendas, de manutenção e de nossos fornecedores parceiros, a Florença conseguiu tirar esse sonho do papel.

Investimos cerca de R\$150 mil no evento e recebemos mais de 600 pessoas em nossa casa, pessoas apaixonadas por Iveco assim como nós.

Além desses eventos pontuais a Florença investiu mais de R\$280 mil durante o ano de 2023 em ações de marketing, como *outdoors*, anúncios, revistas, jornais, televisão, rádio e mídias digitais.

Porém, o mais vultuoso valor investido foi no terreno que a Florença adquiriu para construção da nova sede. Essa sede tem previsão para estar pronta em 2025 e será maior que a atual.

5 Perspectivas e Planos para o Exercício em Curso e Futuros
a) Conforme compromisso firmado junto a montadora temos as seguintes previsões de vendas para 2024:

- Caminhões - mais de 300 unidades com 13% de share;
- Peças - Montante de R\$15,2 milhões;
- Ações de Marketing - valor de R\$600 mil;
- b) Entre abril e maio de 2024 passaremos pelas auditorias de recertificação nos Padrões de Pós Vendas e de Vendas, muito importantes junto a montadora, sendo inclusive pré requisitos para futuras bonificações;
- c) Em novembro, participaremos da Fenatran/2024 junto a fábrica. A Florença estima investir até R\$120 mil;
- d) Nossa nova sede será concluída até dezembro/2024 com investimento estimado de mais R\$16 milhões;

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Nota	Em Milhares de Reais			Em Milhares de Reais			
	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022		31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022		
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.652	203	Fornecedores	11	91.116	106.481
Contas a Receber de Clientes	6	23.391	24.692	Instituições Financeiras	12	269	33
Estoque	7	71.776	80.562	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	844	1.026
Tributosa Recuperar		6.740	5.697	Obrigações Fiscais e Tributárias	14	609	374
Adiantamento Empregados e Fornecedores		232	153	Provisão p/Férias e Encargos	15	857	822
Outros Direitos Realizáveis		67	92	Adiantamentos de Clientes		67	36
Não Circulante		17.031	28.283	Dividendos a pagar		-	3.712
Direitos Realizáveis		6.403	15.834	Outras Obrigações		-	4
Partes Relacionadas	8	5.678	15.513	Não Circulante		316	133
Depósitos Judiciais		19	19	Instituições Financeiras	12	5	19
Cotas de Consórcio		706	302	Parcelamentos de Impostos		12	75
Investimentos	9	8.989	11.097	Partes Relacionadas	8	299	39
Imobilizado	10	1.639	1.352	Patrimônio Líquido		26.811	27.061
Total do Ativo		120.889	139.682	Capital Social	17	15.360	15.360
				Reservas de Lucros		11.451	11.701
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		120.889	139.682

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Eventos	Capital Social Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Reserva Legal	Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas		
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021		15.360	451	6.209	22.020
Lucro do Exercício				6.611	6.611
Destinação proposta do exercício:					
- Reserva Legal			331	(331)	-
- Dividendos distribuídos				(1.570)	(1.570)
- Constituição de Reserva de Lucros a Realizar			4.710	(4.710)	-
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2022		15.360	781	10.920	27.061
Prejuízo do Exercício				(250)	(250)
Destinação proposta do exercício:					
- Compensação do Prejuízo do Exercício			(250)	250	-
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2023		15.360	781	10.670	26.811

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais
A Florença Caminhões S.A. tem como objeto social a comercialização de veículos novos da marca Iveco, veículos usados, peças, acessórios e prestação de serviços de oficina mecânica e lataria.

É uma companhia anônima de capital fechado, com sede em São José dos Pinhais - PR.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros
2.3.1 Classificação
A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- **Ativos Financeiros**
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.
- No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta "Encargos Financeiros Líquidos".
- Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa, nessa classificação.
- **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**
Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.
- **Recebíveis**
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.
- Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes, nessa classificação.
- **Passivos Financeiros**
A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.
- **Outros Passivos Financeiros**
Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores.
- 2.3.2 Reconhecimento e Mensuração**
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham

vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de veículos, peças e acessórios ou prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia. Estão registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.5 Estoques
Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6 Imobilizado
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.7 Contas a Pagar aos Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.8 Partes Relacionadas
Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

2.9 Demais Ativos e Passivos
Os demais ativos e passivos financeiros são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.10 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras)
São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é deferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito

incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente
As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

2.12 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita
O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e impostos.

2.13 Regime de Tributação da Companhia
A Companhia é tributada com base no lucro Real.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita
A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e impostos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos
A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeira e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro
4.1 Considerações Gerais e Políticas
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e prote-

ge a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência a de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Caixa e Bancos	1.617	190
Aplicação de Liquidação Imediata	35	13
	1.652	203

Os CDBs são classificados pela Administração da Companhia na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme composição apresentada:

Instituição	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Bradesco	13	7
Santander	22	6
	35	13

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Duplicatas a Receber	22.234	21.765
Chques a Receber	73	116
Cartões de Crédito	14	440
Conta Garantia	1.067	2.349
Outros	3	22
	23.391	24.692

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes e créditos por idade de vencimento, posição em 31/dez/23:

Idade dos Saldos (em dias)	Vencidos	%	A Vencer	%
De 1 a 30	17.894	97%	2.351,0	48%
De 31 a 60	30	0%	1.206,0	25%
De 61 a 90	7	0%	830,0	17%
De 91 a 120	7	0%	363,0	7%
De 121 a 180	21	0%	107,0	2%
De 181 a 360	105	1%	-	0%
Acima de 361	470	3%	-	0%
Totais	18.534	100%	4.857,0	100%

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota como política a baixa efetiva das estimativas para perdas com títulos duvidosos com base no histórico de inadimplência com clientes.

Nota 7. Estoques

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Veículos	63.830	73.776
Estoques de Peças e Acessórios	7.946	6.508
Outros	-	278
	71.776	80.562

Nota 8. Partes Relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de negociações comerciais e contratos entre as partes. O demonstrativo abaixo apresenta, discriminado por modalidade tais operações com estas partes relacionadas:

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Ativo		
Não Circulante		
Contratos de Mútuo		
Florença Veículos S.A.	-	6.122
Padovas Participações S.A.	5.678	9.391
Total do Ativo Não Circulante	5.678	15.513

Passivo		
Não Circulante		
Contratos de Mútuo		
Florença Locadora Ltda.	297	39
Florença Veículos S/A	2	-
Total do Passivo Não Circulante	299	39

Total Líquido entre Ativos e Passivos

Os saldos ativos e passivos estão apresentados pelos seus valores líquidos.

As operações realizadas junto as empresas do grupo, relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais das referidas companhias.

Nota 9. Investimentos

O Fundo de Investimento Pego é constituído por contribuições mensais da Iveco Latin America Ltda. e da Florença Caminhões S.A. Os valores aplicados são liberados para a concessionária após atingir o percentual que deve ser mantido como garantia ao limite de crédito liberado pela fábrica a concessionária. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 8.989 Milhões, (R\$ 11.097 Milhões, em 31 de dezembro de 2022).

Nota 10. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

			31 de Dezembro de 2023			31 de Dezembro de 2022
		Custo de aquisição	Valor Residual	Custo de aquisição	Valor Residual	
Imobilizado	Taxa	Depreciação		Depreciação		
Máquinas e Equip.	10%	494	(225)	269	(352)	226
Móveis e Utensílios	10%	203	(172)	31	281	(242)
Veículos de Uso Próprio	20%	1.235	(304)	931	792	(139)
Equip. de Informática	20%	45	(40)	5	279	(270)
Ferramentas	10%	193	(127)	66	316	(232)
Benefit. Prop. Terceiros	10%	176	(19)	157	178	(12)
Imob. em Andamento	-	180	-	180	175	-
		2.526	(887)	1.639	2.599	1.352

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023:

	31 de Dezembro de 2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31 de Dezembro de 2023
Imobilizado						
Máquinas e Equip.	226	75	(1)	(31)	-	269
Móveis e Utensílios	39	-	(2)	(6)	-	31
Veículos de Uso Próprio	653	680	(182)	(220)	-	931
Equip. de Informática	9	-	(1)	(3)	-	5
Ferramentas	84	3	-	(21)	-	66
Benefit. Prop. Terceiros	166	-	(2)	(7)	-	157
Imob. em Andamento	175	5	-	-	-	180
	1.352	763	(188)	(288)	-	1.639

Nota 11. Fornecedores

Os saldos são decorrentes das operações normais da Companhia.

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Fornecedores Fábrica	89.780	104.780
Fornecedores Diversos	1.336	1.701
	91.116	106.481

Nota 12. Instituições Financeiras

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Circulante		
Cédula de Crédito Bancário (a)	290	15
Consórcio Iveco	-	28
(-) Juros a Transcorrer	(21)	(11)
Subtotal	269	32

Não Circulante

Cédula de Crédito Bancário (a)	6	22
Consórcio Iveco	-	2
(-) Juros a Transcorrer	(1)	(5)
Subtotal	5	19
Total Geral	274	51

(a) – Cédula de Crédito Bancário: se refere a um empréstimo junto ao Banco CNH para aquisição de imobilizados – Taxa 0,69% a.m.

Nota 13. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Salários a Pagar	324	383
INSS	189	197
FGTs	63	66
IRRF	247	305
Indenização Trabalhista	21	75
	844	1.026

Nota 14. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
ICMS a Pagar	393	3
ISS a Pagar	20	28
PIS a Pagar	20	11
COFINS a Recolher	90	49
IRPJ a Recolher	-	149
CSLL a Recolher	-	56
Parcelamento – Impostos Federais	73	64
Demaís Retenções	13	14
	609	374

Nota 15. Provisão para Férias e Encargos

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
Provisão p/Férias	636	610
Encargos s/Provisão de Férias	221	212
	857	822

Nota 16. Provisões para Contingências

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais. Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Companhia, para o mês de dezembro de 2023, existem contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento, relativos a reclamações trabalhistas e cíveis, cujas práticas contábeis requerem a seguinte divulgação:

Probabilidade	Tratamento Contábil	R\$
Possível	Divulgar em Notas Explicativas	37

Nota 17. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é composto de 15.360.247 (quinze milhões, trezentos e sessenta mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, acionistas domiciliados no país, totalizando a importância de R\$ 15.360 (quinze milhões, trezentos e sessenta mil reais).

Composição Societária:

	Quantidade de Quotas	Participação (%)
Padovas Participações S.A.	15.359.947	99,9980%
Marcelo Pizzani	100	0,0007%
Sergio Pizzani	100	0,0007%
Maria Cristina Pizzani	100	0,0007%
Reserva Legal	15.360.247	100,00%

Calculada nos termos do artigo nº 193, da Lei nº 6.404/76, à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do Exercício.

Nota 18. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
(+) Receita Operacional Bruta		
Venda de veículos	194.587	180.048
Receita Vendas de Peças e Serviços	35.507	28.352
Receita de comissões	8.037	3.236
(-) Deduções da Receita Bruta		
Impostos e Contribuições	(24.370)	(21.441)
Devoluições e Abatimentos	(5.957)	(2.638)
Receita Operacional Líquida	207.804	187.557

Nota 19. Receitas e Despesas Financeiras

	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2022
(+) Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	4	33
Varição Monetária Ativa	19	4
Juros Recebidos	86	177
Dividendos Recebidos	1.558	846
	1.667	1.060
(-) Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	(71)	(205)
Despesas Bancárias	(145)	(245)
Varição Monetária Passiva	(1)	(2)
Juros Pagos	(23)	(88)
Despesas Floor Plan	(11.721)	(3.363)
Outras	(413)	(40)
	(12.374)	(3.943)

Nota 20. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para edifícios, veículos e acidentes pessoais, por valores considerados, pela administração, suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 21. Impactos COVID-19

Mesmo diante das adversidades e dificuldades que o COVID-19 trouxe mundialmente, olhando para a principal atividade da empresa que seria o mercado de revenda de automóveis novos e seminovos, identificamos que esse segmento teve uma resposta positiva a pandemia, existindo grande aumento na demanda das vendas de novos e seminovos.

No ano de 2022, o impacto continuou a ser percebido pela falta de veículos e peças fornecidos pela montadora. Grande parte dos insumos utilizados ainda sofreram com as consequências da pandemia nos anos anteriores.

Já em 2023, a montadora está totalmente igualizada em questão da disponibilidade de produtos, seja veículos e peças. O mercado já está totalmente normalizado.

Nota 22. Representação ou Reclassificação

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações atendem ao critério de materialidade e, portanto, são objeto de representação de balanço. Em síntese, representam correções de classificações de registros, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos Originalmente Apresentados	(a)	Saldos Reapresentados
Balanco patrimonial:			
Circulante	111.399		111.399
Caixa e Equivalentes			
de Caixa	203		203
Contas a Receber de Clientes	24.692		24.692
Estoques	80.562		80.562
Tributos a Recuperar	5.697		5.697
Adiantamento Empregados e Fornecedores	153		153
Outros Direitos Realizáveis	92		92
Não Circulante	28.283		28.283
Direitos Realizáveis	15.834		15.834
Partes Relacionadas	15.513		15.513
Depósitos Judiciais	19		19
Cotas de Consórcio	302		302
Investimentos	11.097		11.097
Imobilizado	1.352		1.352
Total do Ativo	139.682	-	139.682

Circulante	112.488		112.488
Fornecedores	5.299	101.182	106.481
Instituições Financeiras	101.215	(101.182)	33
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.026		1.026
Obrigações Fiscais e Tributárias	374		374
Provisão p/Férias e Encargos	822		822
Adiantamentos de Clientes	36		36
Dividendos a pagar	3.712		3.712
Outras Obrigações	4		4

Não Circulante	133		133
Instituições Financeiras	19		19
Partes Relacionadas	39		39
Parcelamentos de Impostos	75		75

Patrimônio Líquido	27.061		27.061
Capital Social	15.360		15.360
Reservas de Lucros	11.701		11.701

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

(a) Os montantes referem-se à operação de aquisição com as montadoras por meio da linha de crédito. Os veículos faturados dentro da modalidade, tem data de vencimento específicas tanto para os vendidos, quanto para os que não forem vendidos dentro do prazo estabelecido.

A administração optou por realizar a reclassificação dos saldos para o grupo de Fornecedores.

MARCELO PIZANI Diretor - Superintendente
NÉLIA GOMES NOGUEIRA - Contadora – CRC 033908-O-8 PR

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Florença Caminhões S.A.
São José dos Pinhais - PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Florença Caminhões S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Florença Caminhões S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras Imobilizado

Os encargos de depreciação dos bens que compõe o Ativo Imobilizado foram realizados com base nos critérios fiscais e não com base nos critérios societários, os quais preveem a avaliação das vidas úteis dos bens para definição dos percentuais dos encargos mensais de depreciação, conforme disposto no NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.

Teste de Recuperabilidade

A Companhia não realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos, segundo a exigência contida no pronunciamento NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, nas principais contas do ativo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Representação dos Valores Correspondentes

Conforme mencionado na Nota 22, em decorrência de correção da classificação de

registros realizados foi realizada a reapresentação espontânea a fim de melhorar a apresentação das informações e manter a comparabilidade dos saldos. A reapresentação está sendo realizada como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro e CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação

Copadubo Administração de Imóveis S/A

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2023	
Apresentação A Copadubo Administração de Imóveis S/A apresenta esse relatório da administração como forma de estreitar o relacionamento com toda a sociedade, por meio de prestação de contas de suas atividades e resultados, mantendo o compromisso com a transparência. Este relatório, relativo ao ano de 2023, aborda o desempenho operacional e econômico da Copadubo Administradora de Imóveis S/A, com destaque para as principais iniciativas realizadas durante o exercício. Relatório de Administração Sempre buscando expandir, realizamos em 2023 investimos R\$ 405 mil em compras de casas para ampliação de nossas áreas. Em nossas operações faturamos R\$ 2.796.000,00 e tivemos um lucro líquido de R\$ 1.829.167,72 Audidores independentes Com o objetivo de trazer mais confiabilidade na administração da empresa, a Copadubo informa que utilizou os serviços de auditoria independente da YSA Auditores e Associados SS, para auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício de 2023.	Conselho de Administração Marcelo Paes Presidente do Conselho de Administração Allan Derik Constantino Benkendorf Thérbio Castro da Silva Walace Henrique de Felix Geraldo Luiz Gans Alessandro Costa Marques Figueira Alexandre Jorge Cavalcanti de Miranda Diretoria Erick Gonçalves dos Santos Couto Diretor Administrativo Danilo Martins de Souza Diretor Operacional Contabilidade Ilisor Luis Moletta Contador CRC: PR 031784/O-0

Balanco Patrimonial Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2023					
	Nota	2023	2022		
ATIVO				PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	3	7.073.948,53	7.032.566,02	PASSIVO CIRCULANTE	5
DISPONIVEL		1.759.546,83	1.805.215,99	Fornecedores	0,00
Caixa		-	-	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Bancos	3.1	309,16	469,23	Obrigações Sociais	0,00
Aplicações Financeiras	3.1	1.759.237,67	1.804.746,76	Obrigações Tributárias	86.331,20
Clientes		224.344,10	215.923,76	Outras Obrigações	70.493,29
Adiantamentos a Fornecedores		-	531.828,71	Cheques a Compensar	0,00
Impostos a Recuperar		506.518,53	486.987,22	Adiantamento de Clientes	0,00
Adiantamentos a Terceiros		-	52.336,38	Provisões	0,00
Conta Corrente Associados	3.2	-	1.237.829,10	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.0
Empréstimo a Receber	3.2	4.583.539,07	2.702.444,86	Perdas com Investimentos	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4	12.478.261,59	13.439.060,23	Contingência Processo Trabalhista	6.1
Deposito Judicial		659.148,13	1.492.107,91	PATRIMONIO LIQUIDO	19.395.385,63
Investimentos		2.000,00	2.000,00	Capital Social	7.1
Imobilizado	4.1	11.317.161,46	11.445.000,32	Reservas	8.123.132,47
Bens Mantidos p/venda de associados	4.2	499.952,00	499.952,00	Lucro/Prejuizo Acumulado	7.2
TOTAL DO ATIVO		19.552.210,12	20.471.626,25	TOTAL DO PASSIVO	19.552.210,12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2023				
	Capital Realizado	RESERVAS	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido (Consolidado)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.940.000,00	8.123.132,47	4.503.085,44	17.566.217,91
Ajustes de exercícios anteriores:				
Efeitos da mudança de critérios contábeis	-	-	-	0,00
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	0,00
Aumento de capital:				
Por subscrição realizada	-	-	-	0,00
Reversões de reservas				
De Lucros	-	-	-	0,00
Lucro líquido do exercício			1.829.167,72	1.829.167,72
Proposta da administração para destinação do lucro				
Transferências para reservas:	-	-	-	0,00
Reserva de lucros	-	-	-	0,00
Distribuição de Lucros	-	-	-	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	4.940.000,00	8.123.132,47	6.332.253,16	19.395.385,63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA COPADUBO ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S/A EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Anônima Fechada Copadubo Administração de Imóveis S/A, cadastrada no CNPJ nº 01.137.349/0001-32 está situada na Avenida Gabriel de Lara, 1614, Bairro Industrial, Paranaquá/PR e tem como atividade econômica: Compra e venda de imóveis próprios e aluguel de imóveis próprios.

Até 26 de julho de 2018 a empresa se denominava Cooperativa Mista de Transportes de Fertilizantes Sal. Corrosivos derivados Litoral de sociedade de pessoas, natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus cooperados para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro, atividade preponderante Área de transportes de fertilizantes, sal corrosivos e derivados, locação e arrendamento de equipamentos afins que atuava no ramo de transporte. A partir de 27 de julho de 2018 houve a mudança da razão social para Copadubo Administração de Imóveis S/A e sua atividade passou a ser compra e venda de imóveis próprios e aluguel de imóveis próprios.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, além de estar em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1002 (contabilidade para microentidades), de 18 de novembro de 2021. A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. As Demonstrações encerradas em 31 de dezembro 2023 aqui compreendidas são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

3 – ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até doze meses estão demonstrados como circulantes.

3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades) do Copadubo Administração de Imóveis S/A em 31 de dezembro de 2023 para fins de elaboração da DFC e do Balanço Patrimonial está disposta da seguinte maneira:

Composição Disponível	Copadubo Administração de Imóveis
BANCOS	309,16
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.759.237,67
Total	1.759.546,83

3.2 – Conta Corrente Associados / Empréstimos a Receber

Representam valores de convênios acertados entre o Copadubo Administração de Imóveis S/A e seus Associados e as empresas Grupo Copadubo.

4- ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.1 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada calculada por meio do método linear, com percentuais de depreciação aplicados em função da vida útil dos bens, como segue:

	Imóveis	4 % a.a.
	Benfeitorias em Imóveis	4 % a.a.
	Máquinas e Equipamentos	10% a.a.
	Móveis e Utensílios	10% a.a.
	Computadores e Periféricos	20% a.a.
	Telefones	20% a.a.

O Ativo Imobilizado está disposto da seguinte maneira em 31de dezembro de 2023:

Composição Imobilizado	Copadubo Administração de Imóveis S/A
Imóveis	10.939.832,68
Benfeitorias em imóveis	1.007.730,49
Máquinas e Equipamentos	263.687,67
Móveis e Utensílios	223.666,85
Computadores e Periféricos	626.445,95
Telefones	24.864,85
(-) Depreciação Acumulada	-1.769.067,03
Total Imobilizado	11.317.161,46

Demonstração do Resultado do Exercício - Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2023			
	Nota	2023	2022
RECEITA LIQUIDA	8	2.717.407,58	2.693.946,00
Receita da locação de Bens Moveis e Imoveis		2.819.461,58	2.796.000,00
Dedução da Receita Bruta		-102.054,00	-102.054,00
LUCRO BRUTO		2.717.407,58	2.693.946,00
Despesas com Pessoal		0,00	0,00
Encargos Sociais		0,00	0,00
Despesas Administrativas		-529.192,92	-416.866,15
Despesas Tributárias		12,00	0,00
Depreciação		-127.838,86	-128.489,13
Equivalência Patrimonial Positiva	4.1	0,00	0,00
Equivalência Patrimonial Negativa	4.1	0,00	0,00
Outras despesas		0,00	0,00
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.060.375,80	2.148.590,72
RESULTADO FINANCEIRO		86.048,31	6.953,71
Receitas Financeiras		110.790,24	22.152,50
Despesas Financeiras		-24.741,93	-15.198,79
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.146.424,11	2.155.544,43
CSLL		-90.332,57	-82.513,88
IRPJ		-226.923,82	-205.205,24
LUCRO (PREJUÍZO) LIQUIDO DO EXERCÍCIO		1.829.167,72	1.867.825,31

Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto - Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2023

	Nota	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		1.829.167,72	1.867.825,31
Ajustes			
Depreciação		127.838,86	128.489,13
(Aumento) diminuição de ativos			
Clientes		-8.420,34	8.420,34
Adiantamento a Terceiros		52.338,38	0,00
Adiantamento a Fornecedores		531.828,71	-1.300,00
Conta Corrente Associados	3.2	-643.265,11	1.300.000,00
Estoques		0,00	0,00
Impostos a recuperar		-19.531,31	-1.616,79
Depósitos Judiciais		832.959,78	-234.065,89
Aumento (diminuição) de passivos			
Fornecedores		-4.173,81	130,00
Obrigações sociais		-4.668,56	0,00
Obrigações tributárias		5.378,87	2.227,45
Contingência Proc. Trabalhista e Civil	6.1	0,00	0,00
Outras contas a pagar		-2.745.120,35	-757,74
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		-45.669,16	3.069.351,81
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de Lucros		0,00	-3.000.000,00
Empréstimos e financiamentos de curto prazo		0,00	0,00
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento		0,00	-3.000.000,00
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes		-45.669,16	69.351,81
Disponibilidades no início do período		1.805.215,99	1.735.864,18
Disponibilidades no final do período	3.1	1.759.546,83	1.805.215,99

4.2 – Bens mantidos para venda de Associados

Valor de bens adquiridos pela Copadubo Administração de Imóveis S.A através de Finame.

5 – PASSIVO CIRCULANTE

O passivo a curto prazo, com vencimento até doze meses, está demonstrado no balanço como circulante.

Grupo	31/12/2023
Obrigações Tributárias	86.331,20
Outras Obrigações	70.493,29

6 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

6.1– Contingências em Processos Trabalhistas

Refere-se a Provisões para cobrir processos trabalhistas movidos contra os Associados e a Copadubo Administração de Imóveis S.A

7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1 Capital Social

O Capital Subscrito e Integralizado Copadubo Administração de Imóveis S/A em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.940.000,00.

7.2 Lucro Acumulado

O Lucro Acumulado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.332.253,16.

8 – RECEITAS

A receita da Copadubo Administração de Imóveis S/A referente ao período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

RECEITA	2023
Receita da locação de Bens Moveis e Imoveis	2.796.000,00
Outras Receitas	23.461,58
Dedução da Receita Bruta	-102.054,00
RECEITA LIQUIDA	2.717.407,58

DIRETOR ADMINISTRATIVO
ERICK GONÇALVES DOS SANTOS COUTO
CPF: 050.893.31960

DIRETOR OPERACIONAL
DANILO MARTINS DE SOUZA
CPF: 030.546.14948

ILISOR LUIS MOLETTA
Contador CRC: PR 031784/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da Copadubo Administração de Imóveis S/A Paranaquá – PR	
Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Copadubo Administração de Imóveis S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.	
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copadubo Administração de Imóveis S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2023, foram por nós auditadas, onde fora emitido relatório sem modificação de opinião datado de 06 de março de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - ✓ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
 - ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
 - ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
 - ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
 - ✓ Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
- Curitiba, 10 de março de 2024.
- YSA AUDITORES E ASSOCIADOS SS**
CRC-PR 07.495/O-0
- PEDRO ARMANDO DE LIMA FUNES**
CONTADOR CRC-PR 033.119/O-8

Edição imprensa

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/

